



ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

A construção de uma crise: usos da história por intelectuais argentinos na contestação aos tratados com o Chile nas décadas de 1960 e 1970

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i1.41691>

Gabriel Passetti

Professor de História das Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos, no Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST-UFF), bolsista produtividade em pesquisa do CNPq, gabrielpassetti@id.uff.br

Palavras Chave:

Argentina; Chile; Crise do Beagle; Intelectuais.

Keywords:

Argentina; Chile; Beagle Crisis; Intellectuals

Palabras clave:

Argentina; Chile; Crisis del Beagle; Intelectuales.

Resumo

Em 1978, os governos militares ditatoriais da Argentina e do Chile estavam à beira da guerra por conta do controle sobre três ilhas a leste do canal Beagle. As insatisfações e controvérsias, de ambos os lados, remontavam a tratados quase centenários. O artigo analisa a produção intelectual e os usos da história nas duas décadas antecedentes à “Crise do Beagle”, demonstrando a construção dos pontos de discórdia: o “expansionismo chileno” e a arbitragem internacional e de que forma estes foram aceitos e disseminados entre civis e militares envolvidos pelos pensamentos da Guerra Fria.

Abstract

The construction of a crisis: the uses of history by Argentinean intellectuals and the contest of treaties with Chile in the 1960s and 1970s

In 1978, the military dictatorships of Argentina and Chile were close to war. The tension was around the control of three islands east from the Beagle Channel. Insatisfactions and polemics, on both sides, remained to treaties signed one century ago. The paper analyses the intellectual production and the uses of history on the two decades before the “Beagle Crisis”. It presents the construction of the points of conflict: the “Chilean expansionism” and the international arbitrament. It also presents how it was accepted and circulated between civil and the military involved in the Cold War logics.

Resumen

La construcción de una crisis: usos de la historia por intelectuales argentinos en la contestación a los tratados con Chile en las décadas de 1960 y 1970

En 1978, los gobiernos de las dictaduras militares de Argentina y Chile se preparaban para la guerra por el control sobre tres islas a este del canal Beagle. Las insatisfacciones y controversias, de ambos los lados, volvían a tratados casi centenários. El artículo analiza la producción intelectual y los usos de la historia en las dos décadas anteriores a la “Crisis del Beagle”, demostrando la construcción de los puntos de discórdia: el “expansionismo chileno” y la arbitraje internacional y de que forma estos fueron aceptos y disseminados entre civiles y militares que vivían en los pensamientos de la Guerra Fria.

Às vésperas do Natal de 1978, tropas, blindados, aviões e navios de guerra da Argentina e do Chile estavam prontos para combate. Nacionalismos estavam exacerbados em governos controlados por ditaduras militares intransigentes, regidos por dilemas de segurança de soma zero. Alinhados a ideias acerca da inconfiabilidade em vizinhos traiçoeiros e expansionistas, ambos governos moviam as tropas dos dois lados da Cordilheira dos Andes, guiados por preocupações e pela lógica da Guerra Fria.

Três pequenas ilhas, situadas na entrada leste do Canal Beagle, no extremo sul do continente, eram o foco da disputa. Perdê-las, para o discurso governamental, significava fratura irremediável no território e na soberania. Somente intensa articulação internacional, com atuação direta e mediação do novo Papa, João Paulo II, evitou, no último instante, a eclosão do conflito, mas as tensões se mantiveram até 1984.

Nenhum conflito internacional ocorre sem a articulação de ideias que mobilizem as paixões nacionais na administração do Estado, entre os militares e a população civil. O chamado “Conflito do Beagle” foi estudado por uma série de historiadores, focados ora nos aspectos da política internacional (ESCUDE, WILLIAMS, 1984; SAENGER, 1991), ora entre os tomadores de decisão (VILLAR, 2016), mas com olhar mais atento para os anos específicos da crise (1977-1984). Sem negar a importância destes aspectos, marcados pela dupla do general e do diplomata e pelos embates sobre as características e conexões entre a guerra e a política (RODRIGUES, 2010), o foco neste artigo é outro.

O objetivo da pesquisa aqui apresentada é estabelecer as conexões entre os aspectos domésticos e os internacionais, as formas pelas quais as disputas políticas internas utilizaram, instigaram e se apropriaram dos embates pelos limites fronteiriços. Para tal, debateremos de que forma aquela crise foi intelectualmente construída nas duas décadas anteriores,

procurando estabelecer conexões entre discursos construídos em livros e análises de historiadores, com a estrutura argumentativa encampada por militares e pela imprensa quando a crise se agudizou.

A partir de uma análise centrada na história intelectual (MEYERS, 2016), serão analisados três livros, publicados por argentinos, cujo foco era a fronteira entre com o Chile, nas décadas de 1960 e 1970. Nestas obras, nosso olhar se deteve sobre a construção de um discurso sobre o passado, como foram descritos os avanços e retrocessos nas negociações ao longo do século XIX. Aqueles livros descreveram seus principais personagens e aos chamados Pactos de Maio de 1902, quando a contenda praticamente foi liquidada e se formalizou a obrigatoriedade de uma arbitragem internacional em caso de novas dúvidas.

Na análise destas obras, procuramos verificar de que forma seus autores narraram a formação do território argentino, como viram seus desafios pela soberania, em especial como descreveram aqueles pontos críticos – as negociações, as delimitações no terreno, e o aceite à arbitragem. Foram estes os pontos centrais que deram fôlego às disputas que levaram à “Crise do Beagle”. Procuramos, então, verificar de que forma aqueles livros contribuíram para a construção intelectual daquela crise.

O artigo se inicia com um breve histórico da construção das fronteiras entre os dois Estados sul-americanos, descrevendo os tratados e interlocutores. Na sequência, são apresentados e analisados três livros: *Problemas de nuestra frontera patagónica* (1965), *Argentina-Chile. Análisis histórico, jurídico y político de nuestras relaciones con la república de Chile* (1966) e *Cuestiones fronterizas entre Argentina y Chile* (1971). Na sequência, conectam-se os debates destes livros a aqueles produzidos pela Academia Nacional de História para, ao final, relacionar esta construção intelectual da crise com a atuação da imprensa nos anos de 1977 e 1978 e a instauração da crise.

As fronteiras austrais da Argentina e do Chile

A terceira maior fronteira do mundo é a entre a Argentina e o Chile. Aqueles mais de cinco mil quilômetros foram foco de intensas disputas, com algumas contendas tendo se tornado foco de litígio internacional.

Quando se tornaram independentes, havia distinções muito pouco claras, do Império Espanhol, entre o Vice-Reino do Rio da Prata e a Capitania do Chile. Logo na década de 1820, o Chile estabeleceu, em sua Constituição, que seu território abarcava do deserto do Atacama¹ até o Cabo Horn, do Pacífico aos Andes.

Em 1843, o Chile materializou a ocupação do extremo sul do continente com a fundação do Forte Bulnes, no Estreito de Magalhães, para estabelecer controle sobre aquela estratégica rota do comércio internacional, à época à mira de britânicos, franceses e estadunidenses (PASSETTI, 2014). O governador de Buenos Aires à época, Juan Manuel de Rosas, chegou a apresentar reclamação formal sem, no entanto, proceder com qualquer ação militar.

Após a deposição de Rosas, em 1852, a nova Confederação Argentina assinou o primeiro tratado com o país limítrofe, em 1856, com ambos Estados declarando seus territórios serem aqueles referentes a 1810, conforme o princípio jurídico do *uti possidetis*. Naquele mesmo tratado, o artigo 39 informava que eventuais contendas sobre a linha de fronteira deveriam ser “discutidas pacífica e amigavelmente, sem recorrer jamais a medidas violentas e, em caso de não se chegar a um arranjo completo, submeter a decisão à arbitragem de uma nação amiga”².

Este último ponto, um imenso avanço na comparação com outros tratados estabelecidos à

época, gerou uma série de movimentações diplomáticas de ambos os países e, na segunda metade do século XX, passou a ser questionada na Argentina.

O Congresso Argentino aprovou, durante a Guerra do Paraguai, em 1867, lei para a ocupação de terras em litígio com o país limítrofe até então sob domínio indígena. Naquela época, o Chile enfrentava uma guerra contra a Espanha (Guerra Hispano-Sulamericana, 1865-1866) e atravessava período de longa instabilidade em suas fronteiras ao norte. Tratados foram negociados, mas não ratificados em 1877 e 1878, pois havia controvérsia sobre o controle da Patagônia, com os chilenos ameaçando recorrer à arbitragem por terras que a Argentina estava ocupando militarmente nas chamadas “Campanhas do Deserto”.

A eclosão da Guerra do Pacífico (1879-1883) forçou o Chile a adotar medidas urgentes para evitar a adesão da Argentina à aliança com Peru e Bolívia, ou então a abertura de dois *fronts*, culminando na assinatura de tratado, em 1881. Neste, o Chile renunciava à Patagônia e os Estados definiam, já em seu primeiro artigo, que seu limite é “a Cordilheira dos Andes. A linha fronteira correrá nessa extensão pelos altos picos mais elevados da Cordilheira, que dividam as águas”. A delimitação desta linha acabou sendo muito mais difícil do que os diplomatas e os legisladores imaginavam.

O Tratado assegurava ao Chile o controle sobre o Estreito de Magalhães – que deveria permanecer neutro e desmilitarizado – e dividia a Terra do Fogo, permanecendo as ilhas ao sul do Canal Beagle sob controle chileno (HARAMBOUR-ROSS, 2012). Este se tornou foco de intensa controversa ao longo do século XX, pois a Argentina entendia que as três ilhas a leste do Canal Beagle – Picton, Nueva e Lennox

¹ Futuro alvo de contenda e depois de guerra com a Bolívia e o Peru (Guerra do Pacífico).

² Esta e todas as traduções subsequentes são de nossa autoria.

– eram seu território, por estarem no Atlântico, enquanto o Chile alegava que as mesmas estavam a sul do Canal Beagle, sendo suas.

Apesar da assinatura deste tratado, as dificuldades para a delimitação da linha fronteira nos Andes levaram a um Protocolo negociado, em 1893, em que se reafirmava o princípio dos altos picos dos Andes e o chamado “princípio bioceânico”: o Chile não possuiria territórios no Atlântico, nem a Argentina no Pacífico.

Outro Protocolo foi assinado, em 1896, em que se definia a arbitragem britânica e a apelação a técnicos daquele terceiro país para a instalação dos marcos fronteiriços controversos. A tensão internacional cresceu naqueles anos, com uma série de regiões em disputa. Esta foi diminuída a partir de encontro pessoal entre os mandatários dos dois países, em 1899, que culminaria com novos Pactos, em 1902, reforçando a apelação à arbitragem internacional para os casos controversos.

Segundo o historiador Pablo Lacoste, “o mais importante dos Pactos de Maio foi que ambos países se comprometeram formalmente a aceitar o laudo da arbitragem. Este seria inapelável e obrigatório” (LACOSTE, 2001, p. 95). Em 1915, novo Tratado – que acabou não sendo ratificado – recorria à arbitragem britânica. Em 1938, o árbitro seria o Procurador da Suprema Corte de Justiça dos EUA, mas também não houve ratificação.

Em 1958, a Marinha argentina impediu a chilena de instalar equipamentos no ilhote Snipe, a noroeste da contestada ilha Picton, elevando novamente a tensão. Em 1960, tentou-se uma vez mais apelar à arbitragem, desta vez à Corte Internacional de Justiça, mas este também não foi colocado em prática.

Uma vez mais, em 1964, ambos países concordaram em submeter as pendências no Canal Beagle e em pontos específicos da Cordilheira, à arbitragem da Corte Internacional de Haia, mas, ao fim de intensa controvérsia

doméstica em ambos países, acabou-se recorrendo à arbitragem britânica, solicitada formalmente em 1965.

A construção de uma crise pelos intelectuais

Neste contexto de nacionalismos e rivalidades, a arbitragem britânica causou comoção na Argentina, por conta da disputa pela soberania sobre as ilhas Malvinas. Naquele momento, começaram a ser publicados, com mais recorrência, na Argentina, livros sobre a história das relações com o Chile e as disputas fronteiriças.

Analisaremos aqui três destas publicações: *Problemas de nuestra frontera patagónica*, publicado em 1965 por Exequiel Bustillo; *Argentina-Chile: análisis histórico, jurídico y político de nuestras relaciones con la república de Chile*, obra coletiva publicada, em 1966, com a participação de notáveis juristas vinculados ao peronismo; e *Cuestiones fronterizas entre Argentina y Chile*, publicado em 1971 por Aquiles Ygobone.

A seleção das fontes se deu por sua heterogeneidade. Duas das obras são de autores de reconhecida autoridade na história e geografia patagônicas à época, mas que seguiam linhas distintas. Segundo a historiadora argentina Paula Gabriela Núñez, “Bustillo e Ygobone se estabeleceram como referências da construção simbólica da Patagônia, legitimando certos sentidos do nacional a partir da descrição e valorização do territorial” (NÚÑEZ, 2014, p. 13). A terceira obra, composta por juristas vinculados ao peronismo, demonstrará a disseminação do debate em torno da fronteira e de certos discursos ao longo do período analisado.

Exequiel Bustillo: um conservador ao ataque (1965)

Advogado de formação, Exequiel Bustillo esteve diretamente vinculado à administração do Estado na chamada “década

infame”, os anos da *Concordancia*, entre 1932 e 1943. Vinculado ao Partido Demócrata Nacional, o partido conservador, ele teve atuação direta na formação da *Dirección Nacional de Parques Nacionales*, em 1934, tendo sido seu primeiro diretor, até sua renúncia, em 1944 (NÚÑEZ, 2014, p. 27).

Após publicar, em 1946, *Parques Nacionales*, em que defendia sua política de manutenção das paisagens tipicamente argentinas e a exploração pelo turismo de luxo, retornou à produção bibliográfica nos anos 1960, com o já referido *Problemas de nuestra frontera patagónica* (1965) e com sua obra de maior disseminação, *El despertar de Bariloche* (1968).

Bustillo era politicamente conservador, como se depreende, por exemplo, de sua descrição do presidente Avellaneda: “a quem sempre estará reservada a glória de haver assegurado a Conquista do Deserto com seu ministro de Guerra, general Roca” (BUSTILLO, 1965, p. 17). Ele se ressentia de ter perdido o cargo na administração dos parques após o golpe de 1943. Em seus escritos da década de 1960, há “maior ênfase na crítica ao governo de Perón. O anti-peronismo de Exequiel Bustillo se manifesta com um ar quase militante” (NÚÑEZ, 2014, p. 30).

Seu texto apresenta algumas noções centrais que, como veremos, contribuíram diretamente na construção de uma compreensão amplamente disseminada entre políticos, militares, imprensa e população sobre ameaças reais à soberania argentina, ações expansionistas sucessivas por parte do Chile e a ameaça de se depender da arbitragem internacional.

A descrição histórica das relações com o Chile é marcada por sucessivas operações ofensivas daquele país que levaram a perdas territoriais aos argentinos, sendo um marco a criação do Forte Bulnes. Para ele, “Este passo que o Chile dá, não dá sem motivos, ao acaso ou sem premeditar, mas pelo contrário, foi envolto em grande formalidade, com vistas a assegurar

sua soberania e direito” (BUSTILLO, 1965, p. 13).

Para Bustillo, o Chile era expansionista por conta de sua própria geografia:

Chile se desenvolve (...) e, à medida em que aumenta sua população, sua asfixia vai sendo também com maior angústia, dentro do estreito marco de um território comprimido entre o mar e a cordilheira (...). Esta penúria geográfica é o fator geopolítico que provoca essa permanente inquietude territorial do Chile, que pouco significaria se não estivesse estimulada pela negligência argentina na administração e manejo de sua própria terra de fronteira (BUSTILLO, 1965, p. 21-22).

A narrativa das políticas externas dos sucessivos governos chilenos destaca alguns poderosos mitos construídos sobre aquele país, como o da excepcionalidade e o da estabilidade, tendo em vista que, para Bustillo, mantinha-se uma prática nas relações com a Argentina por mais de um século.

Para aquele autor, era preciso atenção e cuidado com os chilenos – uma potência hostil, agressiva e expansionista, bem ao estilo das narrativas da Guerra Fria. Os chilenos estariam sempre à espreita para um momento de fragilidade dos argentinos e haviam conseguido sucessivas vitórias mantendo uma mesma prática, sorrateira:

Desde este momento [1856], o Chile, “suscitando questões”, começa a estender suas ambições. No princípio, era somente o Estreito e suas costas, que já ocupava desde 1843. Agora, (...) passa a pretender a norte, até o paralelo 50, estando assim comprometido quase tudo o que hoje é Santa Cruz, com seu porto de Río Gallegos sobre o Atlântico; em seguida, se remonta ao paralelo 40, por onde corre o rio Negro, e a Patagônia toda cai também no laço da arbitragem. Por último, leva sua

pretensão até o rio Diamante, situado no paralelo 35 (BUSTILLO, 1965, p. 15).

Esta narrativa das relações entre os dois países é marcada por uma Argentina fraca, um Chile expansionista e que sabia jogar com os tratados – este um ponto central do discurso anti-chileno dos anos 1960 e 1970.

Ao afirmar que o Estado vizinho pretendia levar, no século XIX, todos aqueles territórios – que compõem hoje aproximadamente metade do território argentino – à arbitragem, Bustillo destacava não apenas as pretensões chilenas, mas os perigos que a Argentina havia passado contando com tal instrumento do Direito Internacional. Ao retomar os pleitos do século XX, retorna o expansionismo oportunista. Segundo ele, após a assinatura dos acordos de 1902:

Ambos países baixam a guarda, se desatam os brindes e homenagens de um e outro lado da cordilheira e uma grande cordialidade parece presidir para sempre as relações de dois países (...). Passam apenas alguns anos, quando de novo nossos vizinhos retomam sua pressão geográfica, segundo seu método clássico: a reclamação, o litígio e a arbitragem. O assunto das ilhas do canal Beagle, o de Palena e agora o da Laguna del Desierto são, entre outras, a prova desta política de expansão que se cria reprimida (BUSTILLO, 1965, p. 20)

Para Bustillo, era evidente a conexão entre práticas do passado e do presente: “Sua tática, a mesma de hoje, era muito simples: começava reclamando; criava o conflito, convertendo a fração em litigiosa, e logo acabava por exigir a arbitragem” (BUSTILLO, 1965, p. 15).

A questão da arbitragem internacional, e mais especificamente britânica, conforme acordado em 1902, suscitava emoções na década

de 1960, questionando-se a idoneidade de um juiz com interesses conflitantes, no caso as Malvinas.

O debate sobre as três ilhas era descrito como uma ameaça real à própria existência da Argentina: “O problema de nossa fronteira patagônica (...) é de grande atualidade pelo recente conflito com o Chile (...). E ganha importância também pelo que pode afetar à nossa soberania e à integridade do território nacional” (BUSTILLO, 1965, p. 12).

Ao descrever a situação após a redação do Tratado Sarrautea-Fierro (1878, não ratificado), informava que “No Chile, a notícia produz um júbilo delirante (...). Não era para menos: sua geografia, com dois extensos litorais sobre o Atlântico e o Pacífico, superaria também em superfície à Argentina” (BUSTILLO, 1965, p. 17). Nesta narrativa, os chilenos comemoravam previamente, pois sabiam que a arbitragem certamente lhes seria favorável, afinal toda arbitragem seria anti-Argentina.

A solução para tal pressão chilena seria, para ele, a retomada de um processo no qual ele esteve diretamente envolvido e do qual se sentia aliado pelos peronistas: “até que nosso país não decida defender sua zona de fronteira, mais do que pela força e vigilância, com uma autêntica política de colonização e desenvolvimento, a única que poderá assegurar uma soberania” (BUSTILLO, 1965, p. 22).

Para Bustillo, a política doméstica argentina havia sido destruída pela “luta de classes” e, internacionalmente, o país era ameaçado por um vizinho ardiloso, traiçoeiro e expansionista. Os discursos binários da Guerra Fria estavam em seus pensamentos e escritos e ajudaram a compor uma forma de ver não apenas os adversários políticos domésticos, mas também a política internacional.

O nacionalismo peronista e a ameaça chilena (1966)

No ano seguinte à publicação do livro de

Bustillo, surge *Argentina-Chile. Análisis histórico, jurídico y político de nuestras relaciones con la república de Chile*, obra coletiva reunindo alguns dos mais destacados juristas e historiadores vinculados ao peronismo. Mesmo com a proibição formal do Partido Justicialista, aqueles homens, reunidos em torno do Instituto Rosas, não se abstiveram de levar a público sua interpretação e participar daquele intenso debate.

Lucio Moreno Quintano é o primeiro autor listado entre a *Comisión de Derecho Internacional* responsável pela obra. Ele era professor titular e diretor do Instituto de Direito Internacional da Universidade de Buenos Aires, professor na Escola Superior de Guerra, na Escola Nacional de Guerra e na Escola de Guerra Naval e membro permanente da Corte Internacional de Haia. Muito próximo a Perón, foi presidente da delegação argentina na ONU e sub-secretário de Relaciones Exteriores.

Outro autor era Carlos Steffens Soler, professor na Universidade de La Plata, um dos fundadores do Instituto Rosas, membro do Superior Tribunal de Justiça de San Luis e ativo representante do chamado revisionismo histórico.

Benito P. Llambí foi outro fundador do Instituto Rosas, membro ativo dos governos Perón. Foi embaixador em vários países e também na ONU e, posterior à publicação do livro, se tornou ministro do Interior no novo governo Perón, entre 1973 e 1974.

Oscar Tascheret foi um senador, pelo Partido Justicialista, por San Juan e também embaixador. De outros dois autores de menor destaque não foi possível encontrar informações. São eles: o coronel Mario Serrano e o Dr. Guillermo J. Vailati.

Estes homens conferiam ao livro um grande peso entre os peronistas e proporcionavam uma leitura do embate diplomático a partir das lentes do revisionismo histórico. A análise daqueles juristas divide as atuações argentinas em dois grandes blocos:

No desempenho da política exterior argentina, encontramos dois tipos de condução perfeitamente definidas: a praticada por homens de linha nacional, e a que realizaram os liberais internacionalistas. Fruto destas duas concepções, por um lado conseguimos salvar o patrimônio que nos legara Espanha, e por outro perdemos em nossos conflitos limítrofes. Rosas, Félix Frías, Bernardo de Yrigoyen, Piedrabuena, Francisco P. Moreno e o General Roca foram artífices da primeira, enquanto Rivadavia, Manuel José García, Julián Segundo Agüero, e Sarmiento, representaram a segunda (QUINTANO, 1966, p. 23).

Este embate entre nacionalistas e liberais internacionalistas é um dos eixos centrais da narrativa dos juristas peronistas, que levam à situação analisada os embates da política doméstica contemporânea.

Em seu viés nacionalista, as campanhas militares de ocupação territorial nos Pampas e na Patagônia e o genocídio indígena, elogiados por Exequiel Bustillo, são também retomados em viés positivo. Ao citarem Rosas, informam que “Sua Campanha do Deserto de 1833 foi um novo lance na luta que por mais de três séculos os espanhóis levaram e logo o governo de Buenos Aires, para conquistar terras ocupadas pelos índios” (QUINTANO, 1966, p. 35).

Se Rosas era defendido, mas controverso junto a outros autores, a atuação do general e futuro presidente Roca também foi elogiada neste livro. Para os peronistas, “É por último o general Roca quem, ao ocupar definitivamente o deserto (...) realiza a verdadeira ação de integração ao território nacional das vastas regiões desérticas, onde habitava o indígena” (QUINTANO, 1966, p. 40).

Rosas era personagem central na narrativa sobre as relações fronteiriças com o Chile, pois durante seu governo ocorreu a fundação do Forte Bulnes. Os autores defenderam a atuação daquele governante no

caso, que teria enviado reclamação formal, “mas com a situação política vivida naquele momento no rio da Prata, então bloqueado pela esquadra anglo-francesa que operava em sintonia com homens do Partido Unitário, se viu inibido a proceder de outro modo” (QUINTANO, 1966, p. 18).

Nesta linha interpretativa da história, nem a Argentina, tampouco o Chile, eram blocos únicos governados a serem atacados. Por exemplo, eles destacam que a política exterior chilena foi expansionista e agressiva especialmente durante os mandatos do Partido Conservador: “Se atribui a dirigentes do partido governante o propósito de obter para o Chile o maciço boliviano (...) e a Patagônia argentina, com suas extensas terras aptas para a criação de gado e a exploração agrícola” (QUINTANO, 1966, p. 21).

Para eles, diferentemente de Bustillo, os chilenos não eram um bloco uniforme, e tampouco a arbitragem era necessariamente “anti-Argentina”. Eles narram positivamente a aproximação entre os presidentes Frondizi e Alessandri, em 1959, quando “reiteraram propósitos pacifistas e o desejo de ambas partes de submeter a questão pendente à arbitragem” (QUINTANO, 1966, p. 22). No entanto, ainda segundo eles, “uma incidência em território inquestionavelmente argentino foi provocada no ano seguinte, pelo Chile, na região de Laguna del Desierto” (QUINTANO, 1966, p. 23).

O livro peronista foi escrito justamente neste clima de contestações, crises, arbitragens não ratificadas. Era claro, para os autores, que havia uma crise instaurada e, também para eles, a responsabilidade recaía sobre o governo chileno. Ao partir para esta fundamentação em longa parte do livro, os juristas aproximam sua tese da do conservador Bustillo, afinal, como eles mesmos se declaravam, eram nacionalistas.

É interessante notar como, naqueles anos de intensa atividade intelectual, militância e de construção de uma guerra, grupos adversários

na política doméstica apresentaram análises tão próximas quanto às relações com o país vizinho.

Segundo a narrativa dos juristas peronistas, “Já nas Constituições posteriores, de 1828 e 1833, o limite sul foi alterado para o Cabo Horn, sendo esta mudança a base e fundamento da política que o Chile seguiu, desde então, a respeito da Patagônia” (QUINTANO, 1966, p. 17). A isso, eles complementam, analisando o tratado de 1856, que “Chile começou a realizar uma penetração constante, por meio de seus povoadores, na Patagônia argentina, (...) manifestando as pretensões do país transandino de incorporá-la, pelas armas, a seu território” (QUINTANO, 1966, p. 19).

Nesta linha interpretativa, eles seguem a tese de que a Argentina não tomava atitudes hostis, era parcimoniosa, fraca e sem um norte em sua política externa – em leitura não muito diferente da de Bustillo – e, por outro lado, o Chile possuía objetivos estratégicos de longo prazo, com “momentos de grande tensão devido, fundamentalmente, à intransigência e particular interpretação de documentos históricos e tratados, feita pelo país transandino, com o propósito de ampliar suas fronteiras” (QUINTANO, 1966, p. 23).

É impressionante como adversários políticos internos em época de perseguições e radicalizações, seguem argumentação semelhante. Ao sistematizar a análise, os juristas peronistas seguem o esquema argumentativo de Bustillo:

Os problemas surgidos há um par de anos (...) não são fatos isolados sem relação entre si, mas elos de uma longa corrente de fatos que o Chile executa para ocupar territórios que são histórica e juridicamente argentinos. Primeiro os questiona, logo levanta o litígio, para finalmente pedir a arbitragem, com a esperança, não poucas vezes cumprida, de que de tudo conseguirá alguma vantagem (QUINTANO, 1966, p. 33).

Quando conservadores e peronistas repetiam a mesma argumentação, podemos afirmar que o conflito com o Chile estava construído. A argumentação ganhava bases intelectuais e legitimidade acadêmica para reforçar os discursos mais exacerbados dos militares.

Havia diferenças na narrativa da história da Argentina, disputas quanto a quem eram os bons ou os maus governantes, quais trabalhavam pelo bem da Argentina, reflexos das disputas políticas e intelectuais. No entanto, as aproximações nas leituras da política externa, das relações com o Chile e do conflito que se construía, eram evidentes: o Chile historicamente ocupava territórios argentinos, havia expandido suas terras para além do que era antigamente a Capitania Geral e no século XX passou a recorrer à arbitragem de um juiz parcial – a Grã-Bretanha – para continuar com seu destino manifesto.

Aquiles Ygobone e a *détente* na Guerra Fria Andina (1971)

Advogado de formação, como todos os demais autores analisados, Aquiles Ygobone também manteve intensa produção literária sobre a Patagônia, desde a década de 1940, com obras tanto de planejamento da ocupação, como *Planificación general de la Patagonia* (1947) e *Función social y económica de los transportes en la Patagonia* (1953), a outros de teor histórico, como *La epopeya patagónica* (1946), e Francisco P. Moreno: *arquétipo de argentinidad* (1953).

Docente em diversas escolas e universidades católicas do país, Ygobone conciliou advocacia, militância política pelo desenvolvimento da Patagônia e articulações políticas para a execução de suas ideias. Esteve próximo do peronismo, através daquele tido como seu mentor, o coronel José María Sarobe, de quem herdou “uma forte crítica à política nacional, com reconhecimento da necessidade de articular as economias argentina e chilena”

(NÚÑEZ, 2014, p. 22). No entanto, os crescentes conflitos daquele governo com a Igreja Católica, nos anos 1950, o afastaram e logo o colocaram no campo do anti-peronismo, após 1955.

Seu livro *Cuestiones fronterizas entre Argentina y Chile*, de 1971, apresenta tanto seu profundo conhecimento sobre as negociações diplomáticas e a atuação em campo de Francisco “Perito” Moreno, quanto sua aproximação com o desenvolvimentismo, aliada à profunda crítica ao peronismo e seus intelectuais. O livro, publicado poucos anos após os dois já analisados, foi escrito em contexto de intensificada radicalização nas relações com o país vizinho.

A Argentina, sob ditadura militar anti-peronista desde 1966, vivia sob intenso discurso nacionalista e a lógica das fronteiras ideológicas da Guerra Fria. Simultaneamente, a esquerda socialista crescia no Chile, culminando com a eleição de Salvador Allende, em 1970. Os dois países pareciam materializar uma versão regionalizada da Guerra Fria, em ambiente favorável à eclosão de discursos radicais quanto às disputas limítrofes. O general presidente Onganía, por exemplo, mandou paralisar as obras em rodovias transandinas e abandonou o projeto de eletrificar a ferrovia (LACOSTE, 2001, p. 97).

A crise interna na ditadura, com pressões sobre Onganía, fizeram com que gradativamente se procurasse por uma negociação diplomática para a controvérsia do Canal Beagle, visto que o laudo arbitral britânico, de 1965, foi conhecido em dezembro do ano seguinte, mas não contemplava aquelas ilhas. O Chile, então, solicitou novamente a arbitragem britânica, em 1967. Neste contexto de intenso debate e radicalizações, Ygobone publicou seu livro.

Um primeiro ponto a se destacar em seu texto é o evidente debate, quanto às políticas adotadas pelos governos do século XIX, com o livro dos juristas peronistas. Enquanto aqueles

defendiam Rosas e atacavam Sarmiento, este inverte a análise. Segundo ele, em violenta denúncia:

Juan Manuel de Rosas, fazendo como se fosse seu o velho plano de Pedro Gracia, em 1833, (...) não se sentia suficientemente forte e, desconfiando, por outra parte, dos governadores de província, solicitou ajuda militar ao governo do Chile, oferecendo, em troca, todo o território do Neuquén” (YGOBONE, 1971, p. 138).

O ataque foi direto ao símbolo maior do nacionalismo do revisionismo histórico, destacando ação – com a informação de localização do documento referente no Arquivo Nacional – em que o referido governador propunha a entrega de importante parcela do território argentino.

Após atacar Rosas, Ygobone passou à defesa daquele descrito pelos peronistas como o símbolo maior do “liberalismo internacionalista”: Domingo Faustino Sarmiento.

Atribuir a Sarmiento – campeão epônimo da civilização americana, cuja egrégia figura sempre estará ao lado dos grandes cidadãos da história – o propósito de ter querido entregar a Patagônia e o Estreito de Magalhães ao Chile, só pode ter cabimento em um cérebro totalmente desviado por paixões bastardas, ou submerso em um mar de retóricas políticas (YGOBONE, 1971, p. 139)

Como se vê, as disputas intelectuais estavam acirradas e atravessavam as análises sobre questões como os conflitos fronteiriços com o país vizinho. O clima político doméstico, de proscrição do Partido Justicialista há mais de quinze anos, ditadura militar em crise e estagnação econômica, marcava também estes embates intelectuais entre conservadores e

revisionistas.

Se ele compactuava com o clima político doméstico tensionado, por outro lado, questionava a radicalização com que a política externa vinha sendo tocada. Para expressá-lo, estabelece uma série de paralelos entre os momentos de crise entre 1878 e 1881 e aqueles vividos contemporaneamente:

Os espíritos se iam enraivecendo e, sem faltar campanhas instigadoras, chegou um momento em que se vivia sob sérios temores de um conflito armado (...). Em meio a esta luta diplomática, ou “guerra fria” – como diríamos hoje – chegamos ao ano de 1881 (YGOBONE, 1971, p. 141).

Infelizmente, este arranjo, precário como o anterior (1856), não solucionava o problema, nem podia evitar polêmicas, que pareciam logo acabariam desembocando fatalmente em um conflito armado (YGOBONE, 1971, p. 147).

É interessante notar como Ygobone recorre à expressão tão cara à sua época – Guerra Fria – para explicar a seus contemporâneos não apenas as tensões que acabariam culminando, através de intensas negociações diplomáticas, em um tratado. Para ele, vivia-se, em 1971, também uma Guerra Fria entre a Argentina e o Chile e a solução não passava pelo radicalismo dos militares, mas sim pela atuação dos diplomatas.

De forma distinta dos livros de meados da década anterior, Aquiles Ygobone dá menos ênfase ao chamado “expansionismo chileno”, com afirmações mais vagas, como “a fraca gestão diplomática de nosso país não colocava travas de nenhuma espécie em sua instalação na zona do Estreito, nem à sua paulatina expansão” (YGOBONE, 1971, p. 140), ou então “em 1874, são reiniciadas as negociações e as demandas chilenas aumentam em volume” (YGOBONE, 1971, p. 141).

Comparativamente a seus colegas, este autor é muito menos incisivo nas críticas ao Chile. Segundo ele, eram os EUA que se preocupavam com aquele país durante a Guerra do Pacífico, pois “seguiram com certa preocupação as atitudes dos chilenos e começava neste período a fazer com mais peso sua influência sobre as repúblicas latino-americanas” (YGOBONE, 1971, p. 145).

Ao longo de sua análise sobre as crises, negociações e conflitos do final do século XIX e início do seguinte, em especial em sua longa descrição das ações executadas por Francisco “Perito” Moreno no mapeamento da Cordilheira e na elaboração dos mapas com o perito chileno, Diego Barros Arana, ele insiste em defender a posição do argentino e a atacar a de seu colega, sem, no entanto, fazer a transposição das ações daquele para o povo ou mesmo o Estado chileno.

O teor predominante em seu livro é o da defesa da racionalidade, de uma posição mediada e do incentivo à integração social e econômica como o caminho para a paz – efetivamente o que seria um “internacionalismo liberal” segundo as teorias das Relações Internacionais.

Ao analisar o resultado do Tratado de 1881, ele defende ter sido um resultado positivo e acertado, decorrente de justas negociações diplomáticas, pois “Chile reconheceu o direito de nosso país sobre a Patagônia (...), enquanto a Argentina cedeu ao Chile a maior parte e a metade ocidental da Terra do Fogo, com suas ilhas adjacentes e ambas margens do Estreito de Magalhães” (YGOBONE, 1971, p. 146).

A análise que ele apresenta das negociações que culminaram nos acordos de maio de 1902 insiste nas vantagens do diálogo e da diplomacia sobre o uso da força, em evidente tentativa de influenciar os tensionados debates de sua época. Ele afirmava, sobre a conclusão daquele processo: “Desta maneira, estava ultrapassada a mais grave e transcendente questão internacional da época, que havia

apaixonado a tal extremo os dois povos (...) que a guerra parecia iminente” (YGOBONE, 1971, p. 173).

Uma alternativa às amarras da diplomacia de seu tempo, era a negociação direta entre os mandatários. Ao descrever o encontro entre os presidentes Roca e Erraruriz, no Estreito de Magalhães, em fevereiro de 1899, afirma: “As entrevistas se sucedem entre os mandatários e os chanceleres e daquelas conversas surgem as bases de uma etapa de paz entre os povos irmãos, (...) preparou o terreno para o Pacto de Maio de 1902” (YGOBONE, 1971, p. 170).

Este trecho é interessante de ser lido quando consideramos que, em 1970, com a saída de Onganía, retomaram-se os contatos entre os dois governos que culminariam, em encontro presidencial no ano seguinte e na chamada “Declaração de Salta” (24/07/1971), com ambos países aceitando a arbitragem britânica (HARMER, 2011).

Em mais um ponto de discordância de seus colegas da década anterior, também se mostrou favorável e defensor da estratégia da arbitragem – inclusive a britânica, tecendo elogios à imparcialidade e à seriedade do trabalho executado:

“Instrumento, mediante o qual a questão de limites passou à arbitragem definitiva de Sua Majestade Britânica, que era à época a rainha Victoria, a qual, há mais de sessenta anos governava os países do Commonwealth, e cujo nome era a garantia suficiente para que o resultado fosse absolutamente imparcial” (YGOBONE, 1971, p. 173).

O governo Onganía havia, em 1967, negado aceitar qualquer tipo de arbitragem por parte da Grã-Bretanha e a questão estava em suspenso. No entanto, no momento da redação e da publicação do livro, Ygobone se colocava na contra-mão não apenas de seus colegas

juristas, mas também dos militares e da imprensa.

No livro, ele também tece longos elogios ao executor das medições da arbitragem, o coronel sir Thomas Hungerford Holdich:

Em pouco tempo, chega também a Buenos Aires o comissionado britânico, cujo nome permanecerá, dali em diante, para sempre em nosso país pelos laços indestrutíveis que a simpatia e a boa vontade criam (...). Ele era distinguido por seu alto grau de discrição e frugalidade, condições unidas às muito estimáveis de imparcialidade e retidão em seus critérios, que facilitaram grandemente sua missão de árbitro” (YGOBONE, 1971, p. 181).

Tamanhos elogios à arbitragem britânica e ao coronel executor são justificados, no livro, pelo que o autor entende como a justiça, tendo em vista que “a batalha diplomática parece ganha de antemão, inclinando-se a balança francamente a favor da tese argentina” (YGOBONE, 1971, p. 180). Ele é ainda mais enfático ao descrever o resultado da arbitragem – questionando as críticas por ser “anti-argentina”: “Em virtude deste laudo arbitral (...), foram resgatados quarenta e dois mil quilômetros quadrados de terras, que o perito chileno havia atribuído a seu país” (YGOBONE, 1971, p. 185).

A análise que Aquiles Ygobone publicou, em 1971, das negociações do final do século XIX, é decorrente de seu tempo, de seus problemas contemporâneos, e demonstra não apenas a permanência do binarismo político – peronistas e anti-peronistas – mas também um esforço para construir outro tipo de discurso, apelando aos entendimentos, à diplomacia e à arbitragem para a solução dos conflitos.

Naquele momento, no entanto, a Argentina vivia conturbada transição que levava à presidência o general Alejandro Lanusse,

enquanto o Chile permanecia em crescente instabilidade provocada para tornar o governo de Salvador Allende insustentável. Em tempos de rivalidades exacerbadas, Ygobone queria uma *détente* entre os dois países (MUNHOZ; ROLLO, 2014).

Militares, civis e a campanha pela não renovação do tratado de arbitragem (1972)

Naquele mesmo ano, os presidentes Lanusse e Allende assinaram a “Declaração de Salta”, concordando com a submissão do contencioso sobre as três ilhas na entrada do canal Beagle à arbitragem britânica.

Apesar de se viver, na Argentina, sob uma ditadura militar, nacionalistas extremados discordavam da postura do general presidente. Quando começaram as movimentações diplomáticas visando a solicitação argentino-chilena pela arbitragem, grupos civis e militares se mobilizaram para impedir.

Segundo o historiador Pablo Lacoste, movimentação intensa atingiu a Academia Nacional de História. Cinco de seus mais destacados membros, incluindo o presidente Ricardo Caillet Bois, o vice-presidente Ernesto Fitte, o secretário Julio César González, e mais Raul Labougle e Julio Irazusta, assinaram um memorando enviado ao general presidente exortando a não assinatura do convênio arbitral (LACOSTE, 2003, p. 201).

Simultaneamente à movimentação dos acadêmicos, um grupo um tanto obscuro, intitulado CITA – *Confirmación Integridad Territorial Argentina*, auto-proclamado “sentinela civil zeloso das fronteiras” (VIDELA DORNA, 1972, p. 5), passou a atuar com ainda mais intensidade. Suas ações foram descritas e publicadas, sob o título de *Denuncia del tratado de arbitraje firmado con Chile en 1902*.

O grupo era presidido por um capitão-de-fragata reformado, Eduardo Videla Dorna

(sem parentesco com o general Jorge Rafael Videla), e contava com outros militares reformados e intelectuais de direita, como Juan Carlos Occhiuzzi Agrelo e Cipriano Pons Lezica, em sua diretoria.

Cientes da retomada das negociações entre os presidentes e insatisfeitos com o que entendiam como duas ameaças à soberania argentina – a perda de territórios e a submissão aos desejos da árbitra Grã-Bretanha – escreveram uma denúncia do tratado de 1902 e uma solicitação para a não renovação do mesmo e as entregaram não ao Ministério das Relações Exteriores, mas ao Comandante-em-Chefe da Esquadra.

Conforme o estabelecido naqueles acordos de 1902, eles se renovavam automaticamente a cada dez anos, a não ser que uma das partes solicitasse formalmente a interrupção, com no máximo seis meses de antecedência – o que significava, no caso, o dia 22/03/1972.

Apesar do Comandante da Esquadra ter encaminhado o caso à Chancelaria, esta não se manifestou – afinal, tocava ações justamente no sentido oposto. Em dezembro, a CITA escreveu diretamente ao Chanceler, Luís Maria de Pablo Pardo, e iniciou também campanha na imprensa com o mesmo objetivo.

A movimentação deste grupo era intensa e demonstra os rachas dentro do grupo militar que aplicou sucessivos golpes na Argentina. Mais radicais do que os golpistas ora ocupando o poder, articularam pelas vias militares e depois pressionaram diretamente o chanceler.

Apesar de terem recebido boa acolhida na chancelaria, não eram afeitos aos trâmites e prazos da diplomacia e acreditavam que o governo faria o prazo vencer sem denunciar o tratado. Assim, convocaram coletiva de imprensa para aumentar a pressão e fizeram sua carta ser publicada, “requerendo ardentemente que o governo não deixe passar a única data propícia, o 22 de março, para dar término à

desonrosa prática de a Argentina continuar entregando suas franjas de fronteiras” (VIDELA DORNA, 1972, p. 7).

Em uma última – e bem-sucedida investida – a CITA fez chegar suas reivindicações a cada um dos comandantes-em-chefe das forças, ao Chefe do Estado Maior Conjunto, e ao Chefe do Estado Maior General do Exército. Ao acionar as maiores autoridades militares do país e levar adiante alegações críticas aos regimes civis antecessores, associando o Chile à Grã-Bretanha e à disputa pelas Malvinas, eles conseguiram, pelas vias internas de pressão das corporações militares, pressionar de tal forma o governo que o Ministério das Relações Exteriores tornou pública uma denúncia ao tratado, deixando de reconhecê-lo.

Eduardo Videla Dorna, ao descrever todas essas ações, saudou seu resultado final, afirmando que:

Com a denúncia do Tratado, foram alcançados dois objetivos de fundamental importância para a integridade territorial argentina: *primeiro*, nos livrar da arbitragem inglesa e, *segundo*, evitar que na sequência nossos vizinhos do oeste voltem a aplicar o mesmo ‘Juiz’ para quantas controvérsias quiserem (VIDELA DORNA, 1972, p. 9).

Tal radical ação no campo do Direito Internacional somente foi viável por conta da conformação, nos anos anteriores, de uma série de argumentos difundidos em livros, na imprensa e em conferências para civis e militares, sobre as relações com o Chile.

Na construção deste tipo de discurso, permeado por noções como o “expansionismo chileno” e arbitragens britânicas “anti-argentinas”, entrou a participação ativa de Exequiel Bustillo e a contra-argumentação de Aquiles Ygobone, e outras publicações oriundas da Academia Nacional de História. Também contribuiu, de forma decisiva, neste estágio e nos

posteriores da crise, os intensos rachas dentro das corporações militares e as disputas internas pelo poder.

No entanto, a solicitação de arbitragem já havia sido solicitada, em 1971, e o resultado do laudo, conhecido em 1977, acirraria ainda mais as disputas e a crise internacional.

A Academia Nacional de História e a historiografia conservadora militante

Na construção da “Crise do Beagle”, a produção acadêmica teve grande peso. Além dos já analisados casos de Exequiel Bustillo, Aquiles Ygobone e dos juristas peronistas, houve também a atuação institucional da mais tradicional academia da Argentina, a Academia Nacional de História, com profundos vínculos com os governantes de viés conservador.

No entendimento de Pablo Lacoste, historiador que analisou a atuação daquela instituição e seus membros, ela “tem sido um ator não estatal significativo nas relações exteriores da Argentina. Sobretudo porque construiu um forte prestígio no país e, a partir dessa posição, seus enfoques e pontos de vista tem tido um peso relevante” (LACOSTE, 2003, p. 200).

Eminentes membros da Academia já haviam tentado organizar a resistência à assinatura do convênio pelo laudo arbitral, em 1971. Sem sucesso, muitos deles passaram à publicação de obras sobre o tema, amplificando as vozes da década anterior, seguindo a mesma argumentação dos historiadores já analisados: denúncia do expansionismo chileno e da passividade política argentina, ataque ao instrumento da arbitragem e à neutralidade britânica.

Pablo Lacoste realizou o levantamento de conferências, cursos e a publicação de artigos de jornal, livros e ensaios e identificou vasta produção entre 1971 e 1978, destacando os nomes de Ricardo Caillet-Bois (presidente da ANH entre 1970 e 1975), Hernán Fitte (vice-

presidente entre 1967 e 1976), Pedro Santos Martínez (reitor *de facto* da Universidade Nacional de Cuyo entre 1976 e 1980), Horacio Juan Cuccorese, Bonifacio del Carril, Roberto Etchepareborda e Julio Irazusta, entre outros.

Uma das linhas centrais dos trabalhos daqueles acadêmicos foi a defesa das teses e da atuação do intelectual e chanceler Estanislao Zeballos, figura proeminente da política argentina na virada do século XIX para o XX e contrário aos acordos de 1902. Tido como militarista e expansionista, se contrapôs às políticas externas de Mitre, Roca e Carlos Pellegrini. A ele é atribuída a postulação da contestação argentina à soberania chilena das três ilhas, na sequência à assinatura dos tratados de 1902.

Lacoste demonstra como Zeballos se tornou herói e referência para aqueles historiadores da ANH, em obras como *Balance de siglo y medio*, de Julio Irazusta (1966), *La generación argentina del Destino Manifesto*, de Roberto Etchepareborda (1974), *Zeballos y la Marina*, de Ricardo Caillet Bois (1974). A descrição laudatória de suas contendas políticas foi utilizada, nas décadas de 1960 e 1970, para reavivar suas argumentações, atacar o Chile e o instrumento da arbitragem (LACOSTE, 2003, p. 215), como o artigo *La cuestión limítrofe con Chile. Tiempo de agudización del conflicto (1900-1901)*, de Horacio Juan Cuccorese, de 1975.

Toda esta produção acadêmica, associada aos grupos de pressão civis e militares, foi potencializada com o novo golpe de Estado, perpetrado em 1976, que mais uma vez retirou os peronistas do poder.

A recusa argentina ao laudo arbitral de 1977: acadêmicos e imprensa

A nova ditadura levava ainda mais aos limites as premissas daqueles anos de Guerra Fria: perseguição à oposição política, teorias conspiratórias internacionais, nacionalismo extremado, militarismo, análises binárias

pautadas em dilemas de segurança nacional. No campo das relações internacionais, conectavam-se dois focos de disputa: as ilhas do canal Beagle e as ilhas Malvinas.

Conforme havia sido estabelecido na “Declaração de Salta” de 1971, foi solicitada a arbitragem internacional à Rainha Elizabeth II, da Grã-Bretanha. Esta estabeleceu uma Corte Arbitral, composta por cinco reconhecidos especialistas internacionais, de três continentes: Hardy Dillard (EUA), Gerald Fritzmaurice (Grã-Bretanha), André Gros (França), Charles Onyeama (Nigéria) e Sture Petré (Suécia). A partir daí, o governo britânico se tornou apenas o porta-voz da Corte sem, pelo menos oficialmente, interferir em seus trabalhos.

O laudo emitido, de forma unânime, em maio de 1977, pela Corte e entregue à Rainha Elizabeth II para sua proclamação, determinava a soberania chilena sobre as três ilhas. O chileno Augusto Pinochet logo anunciou a aceitação do mesmo, enquanto que o argentino Rafael Videla manteve o silêncio.

Os meses seguintes foram de intensa atividade, com a imprensa funcionando como arena para a publicação de inúmeros artigos de opinião de apoiadores do regime – muitos sendo daqueles acadêmicos listados – pressionando pela não aceitação do laudo (LACOSTE, 2003). Com ambos os governos sob regimes de exceção, comandados por militares arremessos às negociações, prazos e procedimentos dos diplomatas, as conversas não seguiram os protocolos profissionais. Encontros secretos, missões militares e discussões informais, abriram ainda mais espaço para a atuação de grupos externos aos ministérios das relações exteriores (VILLAR, 2014, p. 48).

Diante da tensão instalada, os generais presidentes se encontraram pessoalmente, em 19/01/1978, para negociar, em uma tentativa de reeditar o encontro entre Roca e Errázuriz de 1899. Sem sucesso, em 25/01/1978, o governo argentino informou ao Chile e à Grã-Bretanha o

não reconhecimento daquela arbitragem e que as três ilhas eram parte do território argentino. Nova reunião entre os generais presidentes, em 20 de fevereiro, também chegou a nenhum resultado prático.

Na Argentina e no Chile, governos controlados por militares proporcionavam mais espaço e oportunidade para a expansão dos discursos nacionalistas, xenófobos e a opção da solução bélica da contenda se tornou cada vez mais real.

Membro da AHN e reitor *de facto* da Universidade Nacional de Cuyo, Pedro Santos Martínez se destacou neste momento. Seu artigo ao jornal *Los Andes*, publicado três dias após a decisão do governo argentino, atingiu grande repercussão e suas teses influenciaram diretamente os escritos de seus colegas. Sobre este acadêmico, Pablo Lacoste é enfático:

Não leu o documento espanhol. Apesar disso, construiu todo um artigo e o publicou (...) para sustentar a tese indicada: Chile havia sido um país expansionista e subtraiu território. Apesar de suas inconsistências documentais (...) sua tese se difundiu amplamente entre seus colegas da Academia Nacional de História (...). Martínez sinalizou que, de acordo com o Tratado de 1881, as ilhas pertenciam à Argentina e realizou autêntica apologia da decisão do governo (LACOSTE, 2003, p. 208-212).

Um dos maiores apoiadores e disseminadores da justificativa “histórica” do pleito argentino foi Hernán Fitte, um dos articuladores do memorando de 1971 e por nove anos vice-presidente da Academia. Seu livro, *Los límites con Chile* (1978) condensava o que se pode chamar de uma versão da história segundo a AHN, articulada em torno dos já debatidos pontos sobre o expansionismo chileno, a fragilidade diplomática argentina, a inadequação da arbitragem e a impossibilidade de se tolerar um laudo proclamado pelos britânicos – apesar

de que na Corte Internacional, apenas um dos membros ser de tal nacionalidade.

Na coerente análise de Pablo Lacoste sobre aquela relevante instituição acadêmica, “o discurso de seus membros exerceu poderosa influência sobre jornalistas, militares e políticos da época, gerando clima negativo quanto à arbitragem, (...) impulsionaram o rechaço ao laudo de 1977 e difundiram imagem negativa do Chile” (LACOSTE, 2003, p. 221).

A longa construção daquela crise, retomada no início da década de 1960, foi alimentada por uma série de estudos e publicações do meio acadêmico. Estas embasaram o discurso e a intensa cobertura jornalística do ápice da crise, entre maio de 1977 e dezembro de 1978.

Entre os principais órgãos da imprensa escrita argentina, houve adesão praticamente unânime ao movimento de pressão pela recusa do laudo arbitral, articulando “sua produção discursiva em consonância ideológica e econômica com a ditadura, sustentando posição apologetica e justificadora da mesma, alinhando-se incondicionalmente com a noção de segurança nacional” (DÍAZ, 2001, p. 84-88).

Os meses entre o recebimento do laudo e a publicação da negativa Argentina foram marcados por reportagens e editoriais sobre o tema. A imprensa funcionou como um teste para a aceitação da estratégia militar, e como formadora desta opinião pública. Na estratégia de simplificar o assunto, tipificou-se como uma dupla agressão externa – britânica e chilena – de forma a fortalecer, uma vez mais, a imagem dos militares como “salvadores da nação”. Neste sentido é possível compreender o esforço empreendido, com especial afinco por *El Clarín*, para carimbar o laudo como “inglês”, publicando, por exemplo, charge em que a Rainha Elizabeth II comia um gorro frígio, um dos símbolos nacionais (03/05/1977).

Expressões como “governo e povo argentino estão unidos em um mesmo

sentimento de defesa de seus direitos” (*La Nación*, 23/09/1977), ou ainda “o país todo (...) não admite alternativa que uma definição de pleno reconhecimento de nossos irrenunciáveis direitos (*El Día*, 29/12/1977) procuravam construir duas ideias – a de unicidade entre o governo ditatorial e o povo, e a inviolabilidade de seu território. Este esforço alcançou seu ápice nas semanas que antecederam o rechaço argentino ao laudo, quando, “excepcionalmente em janeiro, *Clarín* publicou editoriais sobre o assunto em quatro ocasiões, enquanto que *La Nación* o fez em cinco, uma hierarquização quantitativa não frequente em ambos” (DÍAZ, 2001, p. 97).

Ao longo do ano de 1978, duas movimentações puderam ser notadas na imprensa. Por um lado, mantinha-se o discurso da inviolabilidade nacional, com afirmações como “A Argentina não consentirá com nenhuma violação de sua integridade territorial e defenderá seus soberanos direitos (...). Assim foi categoricamente expresso pelo governo nacional, interpretando inequívoca vontade da cidadania” (*El Clarín*, 07/03/1978) ou “a integridade do país não admite nenhuma caprichosa amputação” (*La Nación*, 16/09/1978).

Por outro lado, aquela tensão colocava em evidência os jogos de poder internos ao regime. O presidente Rafael Videla aparentemente tentou buscar algum tipo de solução mediada que não indicasse fragilidade do discurso da ditadura, mas, enquanto isso, o almirante Emilio Massera se tornou o principal porta-voz da via bélica, procurando moldar sua imagem pública como o maior expoente da luta anti-subversiva e o defensor da nação (LACOSTE, 2001, p. 103).

Neste sentido, a Marinha foi alcançando proeminência nos discursos, afirmando-se como a defensora dos direitos territoriais ameaçados, aproveitando o controle exercido sobre a Chancelaria na partilha dos ministérios entre as Forças. Massera se tornou nome recorrente e

verbalizou a via bélica, procurando preparar terreno para também alcançar a presidência (VILLAR, 2014, p. 50).

Nesta disputa interna ao regime, o general presidente, Rafael Videla, procurou explorar diplomaticamente a fragilidade internacional do regime chileno de Augusto Pinochet. De acordo com a análise de Andrés Villar, os argentinos exploraram o isolamento internacional dos chilenos, decorrente das recorrentes denúncias quanto a violações dos Direitos Humanos e da crise posterior ao assassinato do ex-Chanceler Letelier, em Washington. Nesta chave interpretativa, a diplomacia argentina percebeu que nenhum outro Estado estava disposto a se colocar ao lado dos regime de Pinochet naquela disputa, apesar de contar com o amparo legal (VILLAR, 2014, p. 47).

Até dezembro de 1978, colhiam-se os frutos da construção da rivalidade, da territorialidade e da negativa da negociação. Na imprensa, os discursos caminhavam para a justificativa da guerra iminente, enquanto que no governo os grupos em torno do almirante Massera pressionavam os do general Videla. Na população em geral, um misto de euforia triunfalista pós-vitória na Copa do Mundo, associada à baixa adesão a uma possível guerra por ilhas tão irrelevantes – sentimento diferente do nutrido pelas Malvinas e posteriormente explorado pelos mesmos militares (PASSARELLI, 1998).

Considerações finais

Às vésperas do Natal de 1978, as Forças Armadas da Argentina e do Chile estavam preparadas para uma guerra por três pequenas ilhas ao sul do Canal de Beagle. Elas não possuem recursos naturais de destaque, não são estratégicas, visto que não controlam um canal que desde o final do século XIX é chileno, mas neutro e desarmado. O conflito iminente girava em torno de rivalidades construídas, de discursos

históricos, nacionalismos e rivalidades alimentadas ao longo do século XX.

Revivendo teses sobre o “expansionismo chileno” construídas cem anos antes por Estanislao Zeballos, historiadores e juristas tiveram papel fundamental na retomada das animosidades e na construção de um discurso que inviabilizava a negociação diplomática, pois partia do princípio da inviolabilidade do território nacional. Este discurso ultrapassou os debates acadêmicos, alcançou diferentes grupos civis e militares e quase levou os dois países à guerra.

Conservadores e até peronistas não aceitavam a possibilidade de ceder a mais uma investida chilena e a acatar a arbitragem britânica. Apesar de disputarem com sangue a política doméstica, convergiram no campo internacional. Pautados pela lógica daquele período, analisavam as relações com o país vizinho amparados em discursos de segurança, em desconfiças e na possibilidade de um ataque iminente perpetrado por rivais expansionistas e agressivos. Estavam todos no campo capitalista da Guerra Fria global, mas seus problemas eram regionais.

Ao fim, foi o caminho mediado, sugerido por homens como Aquiles Ygobone, o que prevaleceu às vésperas do conflito. Argentinos e chilenos, separadamente, procuraram a articulação estadunidense. Apesar do isolamento imposto a eles pela política externa do presidente Carter, a aquela administração não interessava nem um conflito regional, tampouco ceder no campo dos Direitos Humanos (VILLAR, 2016).

Segundo Andrés Villar, teria cabido a Zbigniew Brzezinski, assessor especial de Segurança Nacional dos EUA de origem polonesa, iniciar os contatos com o novo Papa, recém-eleito, João Paulo II, tendo em vista que uma mediação dos EUA, sob Carter, seria inviável (VILLAR, 2016). Quase que imediatamente, este indicou um de seus cardeais, Antonio Samoré, para ser o mediador do caso,

fato imediatamente aceito por ambos os governos (BUSTAMANTE, 2010, p. 65), dando início a nova fase, de mediação e negociação.

Referências

BUSTAMANTE, Fabian. “Un enfoque idealista de las relaciones internacionales en el conflicto del Beagle entre Chile y Argentina. La mediación de la Santa Sede, 1979-1984”. In: **Revista Cultura y Religión**, v. IV, n. 2 (out 2010), p. 57-71.

BUSTILLO, Exequiel. **El despertar de Bariloche**. Buenos Aires: Kraft, 1968.

_____. **Problemas de nuestra frontera patagónica**. Buenos Aires: Kraft, 1965.

CUCCORESE, Horacio Juan Cuccorese. La cuestión limítrofe con Chile. Tiempo de agudización del conflicto (1900-1901). El pensamiento íntimo de Carlos Pellegrini a través del pronunciamiento público de Estanislao S. Zeballos. **Investigaciones y ensaios**, n. 19, p. 305-323, 1975.

ETCHPAREBORDA, Roberto. La generación argentina del Destino Manifiesto. **Investigaciones y ensaios**, n. 16, p. 111-137, 1973.

FITTE, Ernesto. **Los límites con Chile**. Buenos Aires: Plus Ultra, 1978.

HARMER, Tanya. **Allende's Chile and the Inter-American Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

HARAMBOUR-ROSS, Alberto. **Borderland sovereignties**. Postcolonial colonialism and State Making in Patagonia. Argentina and Chile, 1840s-1922. Stony Brook, PhD em História, 2012.

IRAZUSTA, Julio. **Balance de siglo y medio**. Buenos Aires: Independencia, 1966.

LACOSTE, Pablo. La Academia Nacional de Historia y el conflicto del Beagle (1960-1984). **Historiografía**, Puerto Madryn, p. 195-224, v. 1, 2003.

_____. La prensa argentina y el conflicto del Beagle (1977-1978). **Boletín de Historia y Geografía**, Santiago, p. 87-116, 2001.

MARTÍNEZ, Pedro Santos. Aspectos históricos legales de la cuestión del Beagle. **Los Andes**, p. 6, 1978.

MYERS, Jorge. Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem. In: SÁ, Maria Elisa Noronha

de. **História intelectual latino-americana**. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2016.

MORENO QUINTANO, Lucio; SERRANO, Mario; STEFFENS SOLER, Carlos; LLAMBÍ, Benito P.; TASCHERET, Oscar; VAILATI, Guillermo J. **Argentina-Chile. Análisis histórico, jurídico y político de nuestras relaciones con la república de Chile**. Buenos Aires: CISA, 1966.

MUNHOZ, Sidnei; ROLLO, José Henrique. Détente e détetes na época da Guerra Fria (décadas de 1960 e 1970). **Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 138-158, 2014.

NÚÑEZ, Paula Gabriela. La reinención de la Nor-Patagonia argentina en la década del 60'. **Cuadernos de Historia Cultural**, Viña del Mar; n. 3, p. 12-46, 2014.

PASSARELLI, Bruno. **El delirio armado**. Argentina-Chile, la guerra que evitó el Papa. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

PASSETTI, Gabriel. O Estreito de Magalhães redescoberto: ciência, política e comércio nas expedições de exploração nas décadas de 1820 e 1830. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 13, 2014.

RODRIGUES, Thiago. **Guerra e paz nas relações internacionais**. São Paulo: Educ, 2010.

SAENGER, Fernando. **Cuestión de límites entre Chile y Argentina**. Santiago: Ediciones Jurídica Conosur, 1991.

VIDELA DORNA, Eduardo. **Denuncia del tratado de arbitraje firmado con Chile en 1902**. Buenos Aires, 1972.

VILLAR, Andrés. El desconocido papel de Estados Unidos en la crisis del Canal del Beagle. **Estudios internacionales**, Santiago, v. 178, 2014.

VILLAR G., Andrés. **Autonomy and negotiation in foreign policy**. The Beagle Channel crisis. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

YGOBONE, Aquiles. **Cuestiones fronterizas entre Argentina y Chile**. Buenos Aires: Plus Ultra, 1971.

_____. **Francisco P. Moreno: arquetipo de argentinidad**. Buenos Aires: Orientación Cultural, 1953.

_____. **Función social y económica de los transportes en la Patagonia**. Buenos Aires: UBA, 1953.

_____. **La epopeya patagónica**. Buenos Aires: El Ateneo, 1946.

_____. **Planificación general de la Patagonia**. Buenos Aires: El Ateneo, 1947.